

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.463.300.322,66	4.978.704,65
Pessoal Ativo	2.978.947.249,04	4.834.596,59
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.336.055.700,70	36.774,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	148.297.372,92	107.333,96
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.315.508.954,92	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.947.529,44	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.061.228,68	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.286.500.196,80	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.147.791.367,74	4.978.704,65
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		3.142.812.663,09

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	8.239.168.317,26
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	38,14%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	4.037.192.475,46
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	3.835.332.851,68

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 340.492,35 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas a Classificar" (214110000). Sendo R\$ 339.757,55 referente ao ICMS-Simples Nacional e o restante aos Outros Poderes;

3- Os dados da Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - Ceasa (Empresa Estatal Dependente) estão sendo considerados nas respectivas linhas deste demonstrativo, de acordo com o modelo da 2ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - Volume III;

4- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010;

5- Na especificação Pessoal Ativo não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias.

Conta Contábil	Descrição da Conta	Despesa Liquidada
331901601	AJUDA DE CUSTO	1.841.710,68
331901702	INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO	484.155,14
331901776	AUXILIO MORADIA	3.644.727,15
TOTAL		5.970.592,97

FERNANDO HOSTT NETO
Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.377.986.905,66	5.348.801,96
Pessoal Ativo	3.885.176.556,94	4.961.820,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.340.813.019,67	36.774,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	151.997.329,05	350.207,23
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.497.218.342,47	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.947.529,44	-
Despesas de Exercícios Anteriores	199.770.616,23	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.286.500.196,80	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.880.768.563,19	5.348.801,96
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		3.886.117.365,15

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	8.239.168.317,26
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,17%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	4.943.500.990,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	4.696.325.940,84

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 340.492,35 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas a Classificar" (214110000). Sendo R\$ 339.757,55 referente ao ICMS-Simples Nacional e o restante aos Outros Poderes;

3- Os dados da Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - Ceasa (Empresa Estatal Dependente) estão sendo considerados nas respectivas linhas deste demonstrativo, de acordo com o modelo da 2ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - Volume III;

4- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010;

5- Na especificação Pessoal Ativo não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, pois os mesmos referem-se a despesas indenizatórias.

Conta Contábil	Descrição da Conta	Despesa Liquidada
331901601	AJUDA DE CUSTO	2.005.710,52
331901702	INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO	484.155,14
331901776	AUXILIO MORADIA	3.644.727,15
	TOTAL	6.134.592,81

FERNANDO HOSTT NETO

Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.658.046.941,03	3.644.039.318,53	3.704.636.026,10	3.772.319.559,16
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	3.180.911.825,68	3.172.041.308,20	3.237.693.693,88	3.299.813.700,28
Interna	2.936.308.753,13	2.915.336.235,27	2.952.611.312,09	2.991.204.922,00
Externa	244.603.072,55	256.705.072,93	285.082.381,79	308.608.778,28
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	477.135.115,35	471.998.010,33	466.846.730,89	472.410.257,55
Demais Dívidas	-	-	95.601,33	95.601,33
DEDUÇÕES (II)*	3.038.281.192,04	3.037.112.772,81	2.789.537.485,28	2.356.708.948,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.792.755.883,78	2.727.396.461,72	2.494.160.766,83	2.182.031.367,08
Demais Haveres Financeiros	346.218.693,76	423.530.559,12	402.978.636,62	363.902.117,88
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	100.693.385,50	113.814.248,03	107.601.918,17	189.224.536,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	619.765.748,99	606.926.545,72	915.098.540,82	1.415.610.610,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.486.191.650,76	7.583.721.005,61	7.700.969.925,96	8.239.168.317,26
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	48,86%	48,05%	48,11%	45,79%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	8,28%	8,00%	11,88%	17,18%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	14.972.383.301,52	15.167.442.011,22	15.401.939.851,92	16.478.336.634,52

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	445.291.748,75	428.603.517,63	414.897.216,21	398.682.686,15
De Tributos	6.032.696,16	5.796.120,04	5.559.543,72	5.322.967,20
De Contribuições Sociais	438.818.113,22	422.387.125,93	408.942.531,53	392.992.935,83
Previdenciárias	438.368.567,22	421.954.540,09	408.526.905,85	392.594.270,31
Demais Contribuições Sociais	449.546,00	432.585,84	415.625,68	398.665,52
Do FGTS	440.939,37	420.271,66	395.140,96	366.783,12
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	2.735.620.076,93	2.743.437.790,57	2.822.796.477,67	2.901.131.014,13
Internas	2.491.017.004,38	2.486.732.717,64	2.537.714.095,88	2.592.522.235,85
Caixa Econômica Federal - CEF	18.998.727,88	16.949.288,54	17.190.297,35	17.432.518,45
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Bndes	355.699.054,32	343.594.781,44	376.490.508,56	390.545.511,98
União	2.116.319.222,18	2.126.188.647,66	2.144.033.289,97	2.184.544.205,42
Externas	244.603.072,55	256.705.072,93	285.082.381,79	308.608.778,28
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	121.333.315,93	113.560.937,05	130.687.593,05	141.981.202,07
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	625.604,94	574.847,03	-	-
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	122.644.151,68	142.569.288,85	154.394.788,74	166.627.576,21

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	157.752.932,36	150.491.936,66	145.064.126,32	215.257.717,48
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	68.308.319,53	109.771.610,85	132.101.617,67	93.833.571,62
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	578.112.091,98	57.389.006,46	43.886.936,42	19.156.876,86
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	205.574.253,77	205.574.253,77	205.574.253,77	336.204.778,15
Passivo Atuarial	205.574.253,77	205.574.253,77	205.574.253,77	336.204.778,15
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (V)*	287.829.878,21	344.755.287,37	316.895.018,47	360.537.133,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	280.837.136,71	337.401.322,79	309.902.969,36	353.664.685,63
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	7.030.301,37	7.393.037,16	7.030.449,69	7.030.155,52
(-) Restos a Pagar Processados	37.559,87	39.072,58	38.400,58	157.707,78
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	599.118,29	18.342.508,09	19.344.336,68	175.898,65
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	(82.255.624,44)	(139.181.033,60)	(111.320.764,70)	(24.332.355,22)

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim, quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha;
- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 340.492,35 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas a Classificar" (214110000). Sendo R\$ 339.757,55 referente ao ICMS-Simples Nacional e o restante aos Outros Poderes;
- A partir do 2º Quadrimestre de 2010, os valores referentes a "Parcelamento de Dívidas", que até então eram considerados na linha "Demais Dívidas" foram somados aos valores registrados na linha "Interna" da Dívida Contratual;
- A partir do 2º Quadrimestre de 2010, o saldo da conta 212250000 no valor de R\$95.601,33 passou a ser considerado como dívida e, portanto, foi incluído na linha "Demais Dívidas";
- Na especificação "OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC" (REGIME PREVIDENCIÁRIO), das colunas "Até o 1º Quadrimestre" e "Até o 2º Quadrimestre" foram desconsiderados os dados de Restos a Pagar Processados, uma vez que tais dados fazem parte do cálculo da Dívida Consolidada Líquida Previdenciária. Dessa forma, o demonstrativo atual diverge do que foi publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 28/05/2010 referente ao 1º Quadrimestre, pois o valor de R\$39.072,58 estava somado ao valor da linha "Obrigações não integrantes da DC";
- Os valores registrados nas linhas "Interna" de R\$2.952.611.312,09 e "Caixa Econômica Federal - CEF" de R\$17.190.297,35 contêm uma diferença a menor em relação ao saldo da conta 222120100 em agosto/2010, devido a contabilização em duplicidade de R\$200.000,00. O acerto foi feito em setembro por meio do lançamento 2010NL00002 (UG900002) do dia 16/09/2010;
- A partir do 3º Quadrimestre de 2010, foram criadas as seguintes contas: conta 222470206 (PRECATÓRIOS DO TRF - A PARTIR DE 05/05/00), que passou a ser considerada na linha "Precatórios Posteriores a 5/5/2000 (inclusive) Vencidos e não pagos" e a conta 222470106 (PRECATÓRIOS DO TRF - ANTERIORES A 05/05/00), que passou a ser considerada na linha "Precatórios Anteriores a 5/5/2000";
- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

RICARDO SILVA VOLKERS
Gerente de Finanças/SEFAZ

FERNANDO HOSTT NETO
Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	10.699.624,60	10.195.615,50	9.706.021,62	8.970.624,06
Aval ou fiança em operações de crédito	10.699.624,60	10.195.615,50	9.706.021,62	8.970.624,06
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	10.699.624,60	10.195.615,50	9.706.021,62	8.970.624,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	7.486.191.650,76	7.583.721.005,61	7.700.969.925,96	8.239.168.317,26
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,14%	0,13%	0,13%	0,11%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	22% (até 32% da RCL)	22% (até 32% da RCL)	22% (até 32% da RCL)	22% (até 32% da RCL)

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1- Inclui garantias concedidas por meio de Fundos;
- 2- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 340.492,35 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas a Classificar" (214110000). Sendo R\$ 339.757,55 referente ao ICMS-Simples Nacional e o restante aos Outros Poderes;
- 3- O valor apresentado na especificação "Aval ou Fiança em Operações de Crédito" (INTERNAS (II)), refere-se garantia prestada pelo Estado do Espírito Santo em Operações de Crédito celebradas pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan junto a Caixa Econômica Federal - CEF e a União;
- 4- Não estão sendo considerados os valores de R\$ 43.654.400,42 (Posição Dezembro/2010 - Conta contábil 199520201 - Fiança Recebida no País), R\$ 27.928.491,28 (Posição Dezembro/2010 - Conta contábil 199550101 - Seguro Recebido no País) e R\$ 127.450,15 (Posição Dezembro/2010 - Conta contábil 199580201 - Título Público Recebido no País) como Contragarantia Recebida, uma vez que tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo);
- 5- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

RICARDO SILVA VOLKERS
Gerente de Finanças/SEFAZ

FERNANDO HOSTT NETO
Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR CONTRATUALMENTE PREVISTO		VALOR EXECUTADO ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)	
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	91.750.163,96	236.152.384,00	170.890.373,03
Mobiliária	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
Contratual	91.750.163,96	236.152.384,00	170.890.373,03
Interna	45.258.108,96	119.905.819,00	77.716.361,96
Abertura de Crédito	45.258.108,96	119.905.819,00	77.716.361,96
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-	-
Derivadas de PPP	-	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-	-
Antecipação de Receita	-	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-	-
Externa	46.492.055,00	116.246.565,00	93.174.011,07
Abertura de Crédito	46.492.055,00	116.246.565,00	93.174.011,07
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-	-
Antecipação de Receita	-	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	54.661.422,00	103.995.000,00	45.000.000,00
Parcelamentos de Dívidas	-	-	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FGTS	-	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	9.661.422,00	13.995.000,00	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-	-
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	45.000.000,00	90.000.000,00	45.000.000,00

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	8.239.168.317,26	
OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS – [LRF, art. 37] (III)		0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia + III)	236.152.384,00	2,87%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	1.318.266.930,76	16,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	576.741.782,21	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	340.147.384,00	4,13%

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

NOTA EXPLICATIVA:

- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 340.492,35 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas a Classificar" (214110000). Sendo R\$ 339.757,55 referente ao ICMS-Simples Nacional e o restante aos Outros Poderes;
- O montante apresentado na especificação "Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN", refere-se à operação de crédito firmada pelo Governo do Estado e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 20/05/2010, no valor de R\$90.000.000,00, relativo ao Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - Linha Estados - PEF II (Resolução Banco Central do Brasil nº 3.794, de 06/10/2009);
- O montante apresentado na especificação "Melhorias da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patronal", refere-se às operações de crédito firmadas pelo Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 20/09/2009, no valor de R\$11.970.000,00, relativa ao Programa de Modernização da Administração - PMAE FAZENDÁRIO e celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 05/11/2010, no valor de US\$ 21.992.000,00, relativa ao Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária - PROFAS ES, no âmbito do PROFISCO. As operações estão em conformidade com a redação contida no inciso III, do § 3º, do artigo 7º, da Resolução SF nº 43/2001;
- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

RICARDO SILVA VOLKERS
Gerente de Finanças/SEFAZ

FERNANDO HOSTT NETO
Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	32.748.703,67	30.646.005,83	2.102.697,84
Cota Parte do FUNDEB	27.776.408,70	20.840.268,05	6.936.140,65
Ações e Serviços de Saúde	49.413.622,77	45.639.130,85	3.774.491,92
Cota-Parte Estadual do Salário Educação	49.773.720,28	2.966.613,29	46.807.106,99
Cota-Parte Federal do Salário Educação	8.116,86	471,02	7.645,84
Convênios - União	39.799.161,64	4.005.387,13	35.793.774,51
Incentivo ao Sistema Único de Saúde - União	20.721.861,84	1.463.243,83	19.258.618,01
Sistema Único de Saúde - Produção	122.554.943,95	24.688.572,83	97.866.371,12
Transferências Constitucionais aos Municípios	15.055.542,17	9.422.487,28	5.633.054,89
Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias	1.057.478,68	968.624,68	88.854,00
Doações	623.722,29	1.496,94	622.225,35
Convênios com Órgãos não Federais	264.668,83	211,33	264.457,50
Operações de Crédito Internas	12.795.952,96	2.342.446,22	10.453.506,74
Operações de Crédito Externas	11.145.046,63	-	11.145.046,63
Programas Nacional de Alimentação Escolar	10.139.891,03	502.449,72	9.637.441,31
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	12.975.145,83	-	12.975.145,83
Transferências ao Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário	143.291,36	143.291,36	-
Incentivo ao Sistema Único de Assistência Social - União	153.116,76	-	153.116,76
Transferências a Municípios - Lei Pelé	-	64.828,91	(64.828,91)
Transferências Financeiras a Fundos	38.401.036,18	1.838.441,04	36.562.595,14
Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	6.347.341,55	6.338.849,58	8.491,97
Emenda Constitucional nº 62 - Precatórios	68.174.649,39	68.174.649,39	-
Fundo de Combate à Pobreza	44.606,61	-	44.606,61
Programa Dinheiro Direto na Escola	87.703,52	-	87.703,52
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	10.716,03	-	10.716,03
Programa Brasil Alfabetizado	20,98	-	20,98
Fundo Estado de Recursos Hídricos	2.906.675,87	-	2.906.675,87
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	523.123.146,38	220.047.469,28	303.075.677,10
Recursos Ordinários	1.259.158.011,68	442.238.951,64	816.919.060,04
Arrecadado pelo Órgão	696.850.407,39	57.059.341,98	639.791.065,41
Convênios com Órgãos Federais	48.500.267,89	482.852,73	48.017.415,16
Convênios com Órgãos não Federais	643.722,13	160,83	643.561,30
Transferências de Instituições Privadas	7.428.960,48	327.749,72	7.101.210,76
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.012.581.369,57	500.109.056,90	1.512.472.312,67
TOTAL (III) = (I + II)	2.535.704.515,95	720.156.526,18	1.815.547.989,77
	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	353.664.685,63	333.606,43	353.331.079,20

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

*A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS

1- Na linha "Recursos Ordinários" (coluna "DISPONIBILIDADE CAIXA BRUTA (a)") está incluído o valor de R\$64.828,91, referente aos recursos da Lei Pelé (fonte 0101000003). O repasse ocorreu em janeiro de 2011, pela Secretaria de Esportes e Lazer (UG 390101 - 2011OB00001) em favor da Unidade Gestora transferidora de recursos aos Municípios. Por isso, a linha "Transferências a Municípios - Lei Pelé" na coluna "Disponibilidade de Caixa Líquida (c)=(a-b)" apresenta como resultado o valor negativo de R\$(64.828,91);

2- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

FERNANDO HOSTT NETO

Gerente de Contabilidade/SEFAZ

Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	32.748.703,67	30.614.364,27	2.134.339,40
Man/Desenvolvimento Ed. Básica Val. Prof. Educação	27.776.408,70	20.810.678,01	6.965.730,69
Ações e Serviços de Saúde	49.400.876,89	45.365.299,44	4.035.577,45
Cota-Parte Estadual do Salário Educação	49.773.720,28	2.966.613,29	46.807.106,99
Cota-Parte Federal do Salário Educação	8.116,86	471,02	7.645,84
Convênios - União	39.371.047,46	3.931.471,03	35.439.576,43
Incentivo SUS - União	20.721.861,84	1.463.243,83	19.258.618,01
SUS - Produção	122.554.943,95	24.590.102,19	97.964.841,76
Transferências Constitucionais a Municípios	15.055.471,89	9.422.487,28	5.632.984,61
FUNDAP	1.057.478,68	968.624,68	88.854,00
Doações	624.654,61	1.496,94	623.157,67
Convênios com Órgãos não Federais	264.668,83	211,33	264.457,50
Operações de Crédito Internas	12.795.952,96	2.342.446,22	10.453.506,74
Operações de Crédito Externas	11.145.222,73	-	11.145.222,73
Programas Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	10.139.891,03	502.449,72	9.637.441,31
CIDE	12.975.145,83	-	12.975.145,83
Transferências ao FUNSEFAZ	1.903.838,81	143.291,36	1.760.547,45
Incentivo SUS - União	153.116,76	-	153.116,76
Transferências a Municípios - Lei Pelé	0,00	64.828,91	(64.828,91)
Transferências Financeiras a Fundos	36.640.488,73	1.802.763,34	34.837.725,39
FUNCOP	6.347.341,55	6.338.849,58	8.491,97
Fundo de pobreza	44.606,61	-	44.606,61
PDDE	87.703,52	-	87.703,52
PNATE	10.716,03	-	10.716,03
Brasil Alfab.	20,98	-	20,98
FUNDAGUA	2.906.675,87	-	2.906.675,87
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	454.508.675,07	151.329.692,44	303.178.982,63
Recursos Ordinários	1.091.094.420,19	52.749.547,55	1.038.344.872,64
Arrecadado pelo Órgão	251.424.987,45	6.682.971,67	244.742.015,78
Convênios com Órgãos Federais	48.500.267,89	482.852,73	48.017.415,16
Convênios com Órgãos não Federais	643.722,13	160,83	643.561,30
Transferências de Instituições Privadas	7.766.241,48	327.749,72	7.438.491,76
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.399.429.639,14	60.243.282,50	1.339.186.356,64
TOTAL (III) = (I + II)	1.853.938.314,21	211.572.974,94	1.642.365.339,27
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	353.664.685,63	175.939,89	353.488.745,74

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS

1- O saldo da linha "Transferências a Municípios - Lei Pelé", na coluna "Disponibilidade de Caixa Líquida" apresenta valor negativo, porém o repasse ocorreu em janeiro de 2011, por meio da 2011OB00001 da Secretaria de Esportes e Lazer;

2- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

FERNANDO HOSTT NETO

Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.255.486,43	28.357.864,07	1.013,77	-	2.134.339,40	-
Man/Desenvolvimento Ed. Básica Val. Prof. Educação	1.158.042,40	19.652.635,61	-	-	6.965.730,69	-
Ações e Serviços de Saúde	1.055.453,76	44.277.225,88	32.619,80	3.582.498,02	4.035.577,45	-
Cota-Parte Estadual do Salário Educação	892.030,36	2.072.582,87	2.000,06	9.432.218,47	46.807.106,99	-
Cota-Parte Federal do Salário Educação	471,02	-	-	-	7.645,84	-
Convênios - União	39.031,37	3.872.402,20	20.037,46	5.233.711,54	35.439.576,43	-
Incentivo SUS - União	12.748,99	1.449.406,62	1.088,22	657.731,77	19.258.618,01	-
SUS - Produção	615.950,35	23.838.829,40	135.322,44	54.736.980,25	97.964.841,76	-
Transferências Constitucionais a Municípios	-	9.422.487,28	-	-	5.632.984,61	-
FUNDAP	123.621,12	845.003,56	-	-	88.854,00	-
Doações	-	1.496,94	-	35.382,50	623.157,67	-
Convênios com Órgãos não Federais	211,33	-	-	-	264.457,50	-
Operações de Crédito Internas	-	2.342.446,22	-	1.936.707,51	10.453.506,74	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	1.236.244,30	11.145.222,73	-
Programas Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.129,25	501.320,47	-	513.790,15	9.637.441,31	-
CIDE	-	-	-	3.282.411,86	12.975.145,83	-
Transferências ao FUNSEFAZ	-	-	143.291,36	-	1.760.547,45	-
Incentivo SUS - União	-	-	-	1.250,00	153.116,76	-
Transferências a Municípios - Lei Pelé	-	64.828,91	-	-	(64.828,91)	-
Transferências Financeiras a Fundos	-	1.802.763,34	-	12.440.764,43	34.837.725,39	-
FUNCOP	-	6.338.849,58	-	-	8.491,97	-
Fundo de pobreza	-	-	-	-	44.606,61	-
PDDE	-	-	-	-	87.703,52	-
PNATE	-	-	-	-	10.716,03	-
Brasil Alfab.	-	-	-	-	20,98	-
FUNDAGUA	-	-	-	-	2.906.675,87	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	6.154.176,38	144.840.142,95	335.373,11	93.089.690,80	303.178.982,63	
Recursos Ordinários	3.775.055,55	44.013.919,69	4.960.572,31	336.595.256,57	1.038.344.872,64	-
Arrecadado pelo Órgão	459.277,99	6.077.538,08	322.095,49	23.090.214,48	244.742.015,78	-
Convênios com Órgãos Federais	53.204,00	394.675,31	34.973,42	2.726.096,29	48.017.415,16	-
Convênios com Órgãos não Federais	23,32	137,51	-	35.950,12	643.561,30	-
Transferências de Instituições Privadas	2.744,08	325.005,64	-	276.345,59	7.438.491,76	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.290.304,94	50.811.276,23	5.317.641,22	362.723.863,05	1.339.186.356,64	-
TOTAL (III) = (I + II)	10.444.481,32	195.651.419,18	5.653.014,33	455.813.553,85	1.642.365.339,27	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	16.073,33	159.866,56	-	344.890,17	353.488.745,74	-
FONTE: SIAFEM/GFCON/GFFIN/SFFAZ						

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1- A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial;
- 2- O saldo da linha "Transferências a Municípios - Lei Pelé", na coluna "Disponibilidade de Caixa Líquida" apresenta valor negativo, porém o repasse ocorreu em janeiro de 2011, por meio da 2011OB00001 da Secretaria de Esportes e Lazer;
- 3- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

FERNANDO HOSTT NETO

Gerente de Contabilidade/SEFAZ

Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.255.486,43	28.357.864,07	1.013,77	-	2.102.697,84	-
Cota Parte do FUNDEB	1.158.042,40	19.652.635,61	-	-	6.936.140,65	-
Ações e Serviços de Saúde	1.055.453,76	44.277.225,88	32.619,80	3.582.498,02	3.774.491,92	-
Cota-Parte Estadual do Salário Educação	892.030,36	2.072.582,87	2.000,06	9.432.218,47	46.807.106,99	-
Cota-Parte Federal do Salário Educação	471,02	-	-	-	7.645,84	-
Convênios - União	39.031,37	3.872.402,20	20.037,46	5.258.322,00	35.793.774,51	-
Incentivo ao Sistema Único de Saúde - União	12.748,99	1.449.406,62	1.088,22	657.731,77	19.258.618,01	-
Sistema Único de Saúde - Produção	615.950,35	23.838.829,40	135.322,44	54.736.980,25	97.866.371,12	-
Transferências Constitucionais aos Municípios	-	9.422.487,28	-	-	5.633.054,89	-
Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias	123.621,12	845.003,56	-	-	88.854,00	-
Doações	-	1.496,94	-	35.382,50	622.225,35	-
Convênios com Órgãos não Federais	211,33	-	-	-	264.457,50	-
Operações de Crédito Internas	-	2.342.446,22	-	1.936.707,51	10.453.506,74	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	1.236.244,30	11.145.046,63	-
Programas Nacional de Alimentação Escolar	1.129,25	501.320,47	-	513.790,15	9.637.441,31	-
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	3.282.411,86	12.975.145,83	-
Transferências ao Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário	-	-	143.291,36	-	-	-
Incentivo ao Sistema Único de Assistência Social - União	-	-	-	1.250,00	153.116,76	-
Transferências a Municípios - Lei Pelé	-	64.828,91	-	-	(64.828,91)	-
Transferências Financeiras a Fundos	-	1.802.763,34	-	12.440.764,43	36.562.595,14	-
Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	-	6.338.849,58	-	-	8.491,97	-
Emenda Constitucional nº 62 - Precatórios	-	68.174.649,39	-	-	-	-
Fundo de Combate à Pobreza	-	-	-	-	44.606,61	-
Programa Dinheiro Direto na Escola	-	-	-	-	87.703,52	-
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	-	-	-	-	10.716,03	-
Programa Brasil Alfabetizado	-	-	-	-	20,98	-
Fundo Estado de Recursos Hídricos	-	-	-	-	2.906.675,87	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	6.154.176,38	213.014.792,34	335.373,11	93.114.301,26	303.075.677,10	-
Recursos Ordinários	3.827.237,55	46.952.101,23	18.464.434,84	367.017.800,90	816.919.060,04	-
Arrecadado pelo Órgão	459.277,99	7.524.395,02	322.095,49	30.331.189,30	639.791.065,41	-
Convênios com Órgãos Federais	53.204,00	394.675,31	34.973,42	2.726.096,29	48.017.415,16	-
Convênios com Órgãos não Federais	23,32	137,51	-	35.950,12	643.561,30	-
Transferências de Instituições Privadas	2.744,08	325.005,64	-	276.345,59	7.101.210,76	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.342.486,94	55.196.314,71	18.821.503,75	400.387.382,20	1.512.472.312,67	-
TOTAL (III) = (I + II)	10.496.663,32	268.211.107,05	19.156.876,86	493.501.683,46	1.815.547.989,77	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	16.073,33	159.866,56	-	344.890,17	353.331.079,20	-

Fonte: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- Na linha "Recursos Ordinários" (coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)") está incluído o valor de R\$64.828,91, referente aos recursos da Lei Pelé (fonte 0101000003). O repasse ocorreu em janeiro de 2011, pela Secretaria de Esportes e Lazer (UG 390101 - 2011OB00001) em favor da Unidade Gestora transferidora de recursos aos Municípios. Por isso, a linha "Transferências a Municípios - Lei Pelé" na coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)" apresenta como resultado o valor negativo de R\$(64.828,91);

2- Nos valores apresentados de Restos a Pagar estão incluídas as consignações;

3- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

FERNANDO HOSTT NETO
Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.142.812.663,09	38,14%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	4.037.192.475,46	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	3.835.332.851,68	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.415.610.610,80	17,18%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.478.336.634,52	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	8.970.624,06	0,11%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.812.617.029,80	22,00%
OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	236.152.384,00	2,87%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.318.266.930,76	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	576.741.782,21	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	455.813.553,85	1.642.365.339,27

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

NOTA EXPLICATIVA

1- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

FERNANDO HOSTT NETO

Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.886.117.365,15	47,17%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	4.943.500.990,36	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	4.696.325.940,84	57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.415.610.610,80	17,18%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.478.336.634,52	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	8.970.624,06	0,11%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.812.617.029,80	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	236.152.384,00	2,87%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.318.266.930,76	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	576.741.782,21	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	493.501.683,46	1.815.547.989,77

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

NOTA EXPLICATIVA

1- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2010.

FERNANDO HOSTT NETO

Gerente de Contabilidade/SEFAZ
Contador CRC MG nº 092661/O-1 T-ES

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado